

ROMA

“Os romanos, tendo submetido os tirrenos e os samnitas e batido os celtas (gauleses) em numerosos recontros, empreenderam... atacar o resto da península, lutando, não como que se tratasse para eles de uma terra estrangeira, mas dum solo... que já lhes pertencia... Por fim, tendo expulso da Itália as forças de Pirro e o próprio Pirro (274 a.C.), atacaram e abateram por sua vez os que tinham feito causa comum com ele. Conseguiram, contra o que era de esperar, o domínio de todos esses povos, e sujeitaram, à exceção dos celtas (do vale do Pó) a totalidade dos habitantes da Itália”³

Políbio, historiador romano

De acordo com uma lenda, Roma foi fundada por dois irmãos, Rômulo e Remo, descendentes do troiano Enéas, que se refugiara na Itália após a destruição de sua cidade. Efetivamente, Roma foi fundada no século VIII a.C. por pastores latinos. Sua localização estratégica, na margem esquerda do rio Tibre, a vinte e cinco quilômetros do mar Tirreno, no Lácio (região situada na planície costeira ocidental da Itália central), favorecia-lhe, ao mesmo tempo, a defesa e expansão.

A evolução política romana pode ser dividida em três períodos: Monarquia (753-509 a.C.), República (509-27 a.C.) e Império (27 a.C.- 476). Durante boa parte de sua história, os romanos expandiram seus domínios, respaldados por um novo tipo de organização militar: a legião (de legere: escolher). Esta, assim como a própria Roma, passou por diversas transformações ao longo de sua existência.

Nos primeiros tempos, o futuro de Roma não parecia auspicioso. Esta cidade-estado foi obrigada a lutar por sua sobrevivência enfrentando ferozes tribos dos Apeninos e exércitos de cidades análogas. Por volta de 640 a.C., caiu sob influência dos etruscos, os quais haviam expandido seus domínios sobre grande parte da península italiana.

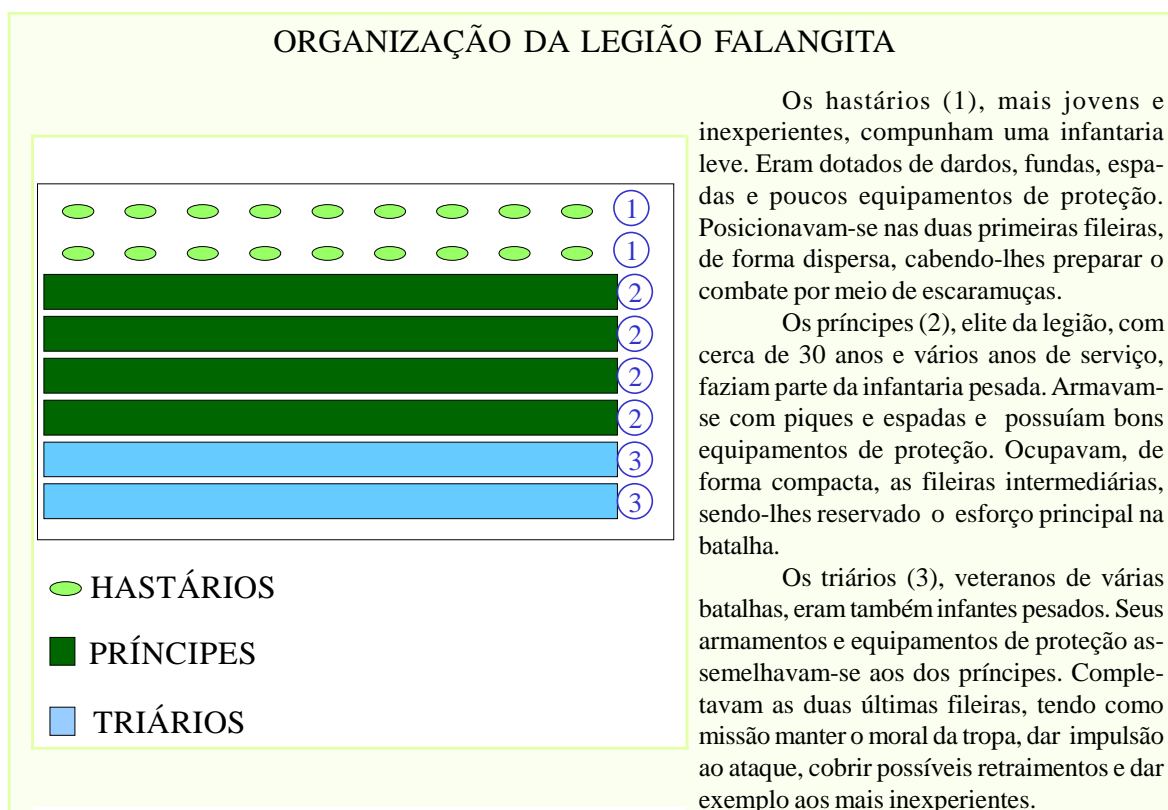
Desde cedo, no entanto, Roma preocupou-se com sua defesa. Segundo a tradição, a primeira legião teria sido estruturada por Rômulo, contando com três mil combatentes de infantaria (trezentos cavaleiros integravam também o Exército Romano; mas não a legião, que era formada somente por combatentes de infantaria).

³ Apud FREITAS, 1977, p. 88.

Inicialmente, a legião era formada por um só tipo de infante: os príncipes, os quais eram cidadãos nobres (patrícios), proprietários de terra ou de fortuna. Os príncipes formavam dispositivos em seis fileiras, semelhantes aos das falanges. Não havia padronização no armamento (embora a lança fosse a arma mais utilizada), nem recebimento de soldo, tendo o legionário que prover seu sustento.

O exército tinha um caráter miliciano, pois somente era mobilizado em caso de guerra, sendo o serviço militar obrigatório. Seus integrantes tinham forte sentimento de posse, pois com muitas dificuldades haviam conquistado suas terras, estando dispostos a sacrifícios extremos para defendê-las. Terminada a campanha, normalmente de curta duração, o nobre retornava à sua vida cotidiana. Em momentos críticos, porém, todos participavam dos esforços bélicos, não se hesitando em incluir nas fileiras pessoas sem propriedades ou riquezas e escravos.

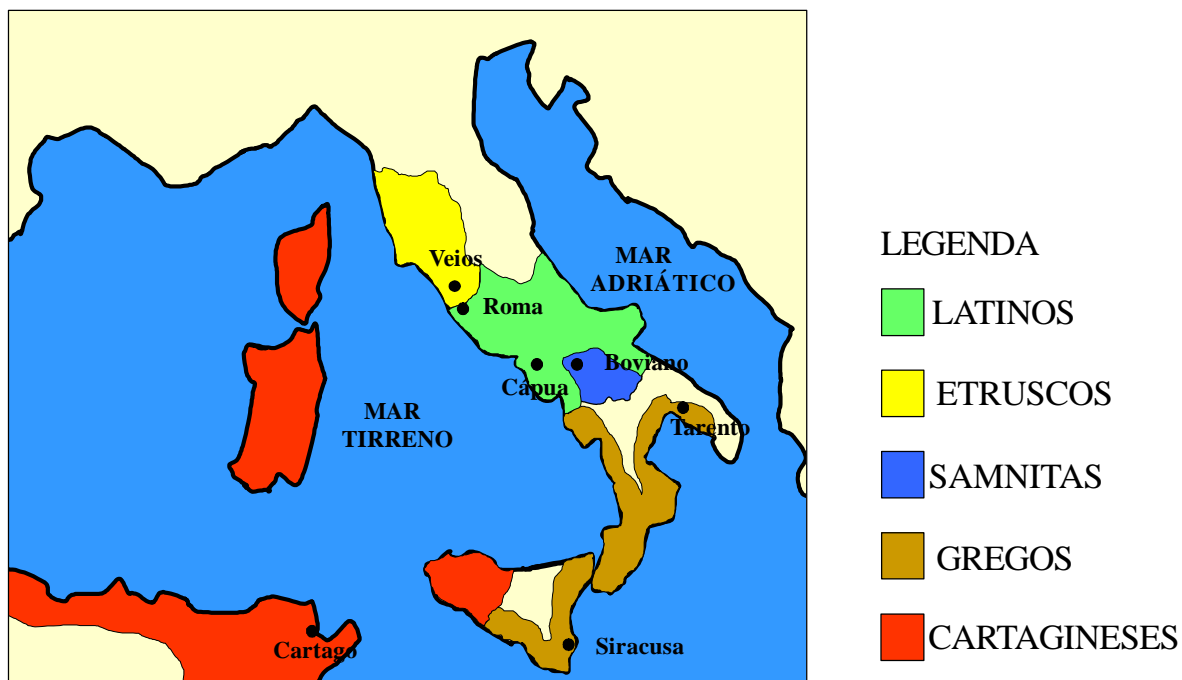
Ainda durante a monarquia, os romanos aperfeiçoaram seu exército. Padronizaram seu armamento e equipamento, e criaram a legião tipo falangita, composta por oito fileiras e dois novos tipos de infantes: os hastários e os triários.



O efetivo dessa legião variava entre mil e três mil homens, recrutados entre as tribos romanas, que contribuíam cada uma com cerca de cem homens (centúria).

Apesar das dificuldades e da influência etrusca, Roma expandiu seus domínios durante a monarquia, passando seu território a abranger cerca de novecentos quilômetros quadrados.

POVOS DA PENÍNSULA ITALIANA POR VOLTA DO ANO 500 a. C.



No final do século VI a.C., os romanos aliaram-se às colônias gregas do sul da Itália (Magna Grécia), visando livrar-se da influência dos etruscos. Vitoriosos, os romanos destituíram o rei Tarquínio, de origem etrusca, que governava Roma, e fundaram uma República. Em lugar do rei passou a haver dois magistrados supremos, os côsules, que eleitos em assembleia, alternavam-se no governo por um ano. O poder, na realidade, era exercido pelo Senado, que controlava as finanças, a religião, a política exterior e o território público do Estado.

No princípio da República, os romanos estavam cercados por inimigos hostis. Em virtude disso, adotaram uma estratégia ofensiva, que vigoraria por vários séculos. Ao invés de se manterem na defensiva, os romanos optaram por atacar seus inimigos, incorporando os territórios conquistados. Essa estratégia, contudo, fazia surgir novos vizinhos, que também precisariam ser subjugados. Desencadeava-se, assim, um processo de expansão preventiva, que se prolongaria por vários séculos. Os territórios paulatinamente anexados tornavam-se terras públicas ou colônias povoadas por romanos.

Ao longo de muitas lutas, os romanos dominaram parte da Etrúria (ao vencer a principal cidade etrusca, Veios, em 396 a.C.), as tribos latinas adjacentes (338 a.C.), os Samnitas (povo da região da Campânia, em 303 a.C.), e parte da Magna Grécia (270 a.C.). Dessa forma, com exceção do norte, que continuava sob domínio gaulês (povo celta), a Itália estava unificada. Roma controlava, então, uma região habitada por cerca de duzentos e cinquenta mil pessoas.

O principal infortúnio dos romanos, nesse período, ocorreu em 387 a.C., quando tribos gaulesas, provenientes do norte da Itália, saquearam e ocuparam Roma por sete meses. Segundo uma lenda, para se retirar da cidade, os gauleses teriam exigido uma grande quantidade de ouro, calculada de acordo com seus pesos. Em determinado momento, um magistrado romano protestou, alegando que os pesos estavam incorretos. O líder gaulês Breno pôs então sua espada de ferro na balança e exclamou “azar dos vencidos”.

VITÓRIA DE PIRRO

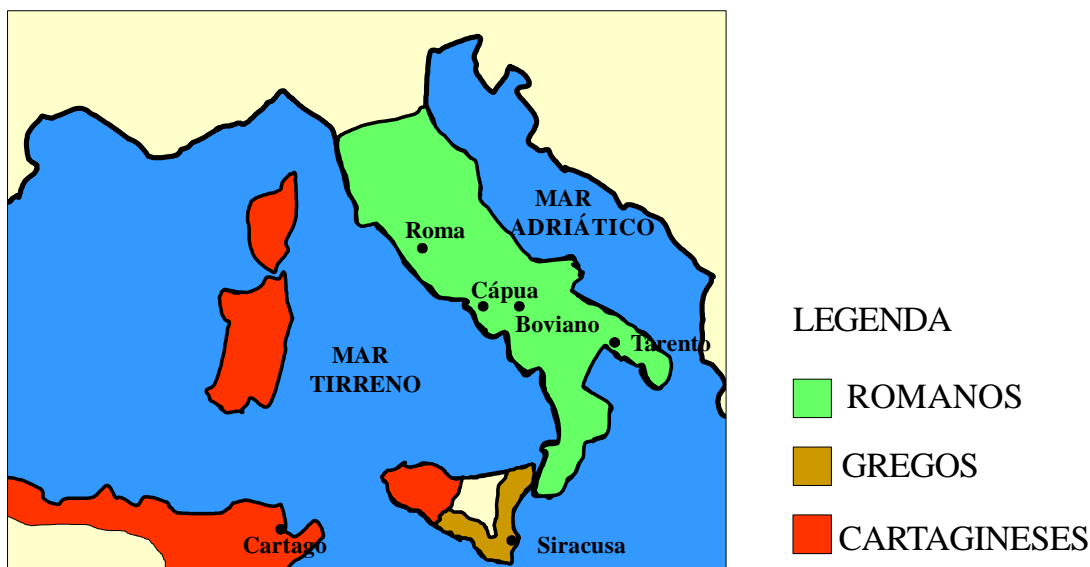
Pirro, rei do Épiro (noroeste da Grécia), interveio em prol dos gregos no conflito entre Roma e a Magna Grécia. Com um poderoso exército, ele venceu os romanos em várias batalhas sem lucrar com isso, tendo, em contrapartida, grande número de baixas. Após um combate, teria mencionado: “mais uma vitória dessas e estaremos liquidados”. Os romanos, que se recuperavam após cada batalha perdida, acabaram vencendo Pirro, em 274 a.C. Derrotado, o rei do Epiro voltou para seu reino, dando origem à expressão “vitória de Pirro”.

Em muitas campanhas, os romanos sofreram reveses. O que os diferenciava de seus rivais era que eles demonstravam uma grande capacidade de reação, acabando por vencer a guerra; o que se evidenciou até os últimos tempos do império.

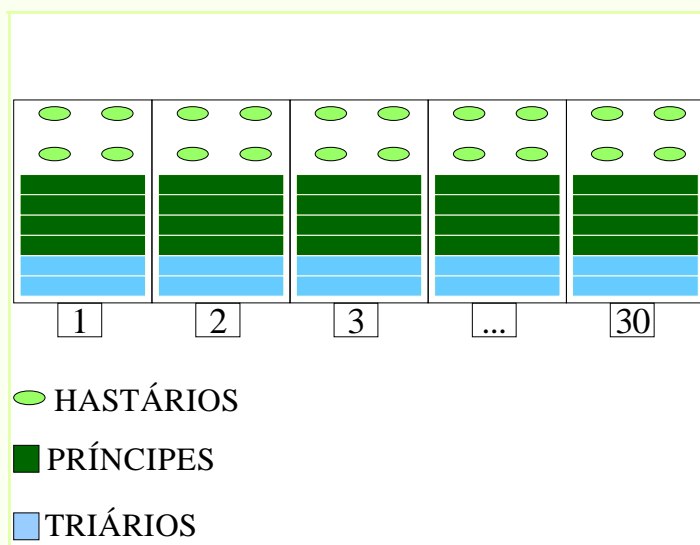
A primeira fase da expansão romana demonstrou que a legião precisava ser reformulada. Era difícil manobrá-la em terrenos acidentados porque suas longas fileiras (reunidas em um único bloco) possuíam pouca mobilidade e flexibilidade. Os seus flancos também se mostravam muito vulneráveis.

Em razão disso, durante as guerras gaulesas, o chefe militar Camilo criou a Legião Manipular, ao dividir o bloco único que formava a legião em grupos, os manípulos (“punhados”).

POSSESSÕES ROMANAS, POR VOLTA DE 270 a. C.



ORGANIZAÇÃO DA LEGIÃO MANIPULAR



A legião foi dividida em 30 manípulos, que foram dispostos em uma única linha. Cada um era composto por cerca de 80 homens (10 de frente por 8 de profundidade). Hastários, príncipes e triários mantiveram suas posições, na frente, no meio e na retaguarda, respectivamente.

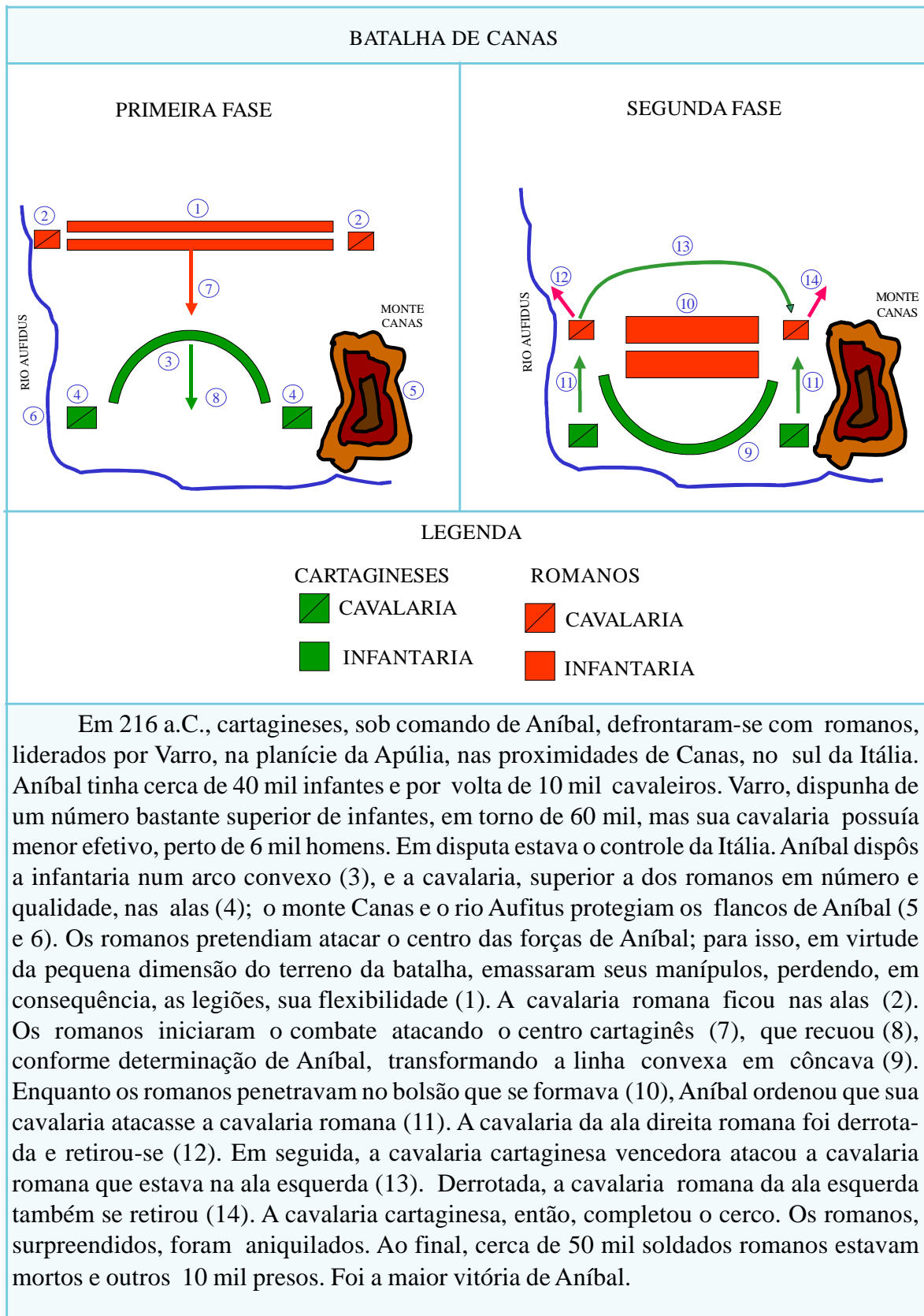
Os manípulos conferiram à legião mobilidade e flexibilidade. Mobilidade por ser mais fácil comandar, organizar e deslocar pequenos grupos antes e durante a batalha. Flexibilidade em decorrência das múltiplas possibilidades de se empregar os manípulos de acordo com o andamento do embate; já que estes podiam formar uma frente única, apoiar frações em dificuldade, explorar acidentes do terreno ou aproveitar brechas nas fileiras inimigas.

A expansão romana na Itália chamou a atenção de Cartago, cidade localizada no norte da África, fundada por volta do ano 800 a.C., por comerciantes fenícios. Os cartagineses controlavam a região ocidental do Mediterrâneo (norte da África, a Córsega, a Sicília e a Espanha) onde realizavam um próspero comércio marítimo.

As desconfianças mútuas entre Roma e Cartago redundaram nas Guerras Púnicas (punicus era o termo latino para referir-se aos fenícios). A Primeira Guerra Púnica (264 a 241 a.C.) originou-se quando romanos e cartagineses disputaram o controle da ilha da Sicília. Foi um conflito basicamente naval, fator que no início favoreceu os cartagineses. Os romanos, porém, conseguiram desenvolver uma poderosa marinha para fazer frente ao inimigo. Após uma longa guerra de atritos, na qual contendores perderam frotas inteiras, Roma saiu-se vitoriosa. Cartago teve de pagar pesada indenização e reconhecer o domínio de Roma sobre a Sicília, Córsega e Sardenha.

Em 218 a.C., teve início a Segunda Guerra Púnica. Cartagineses partiram de suas possessões na Espanha em direção à Itália, sob o comando do general Aníbal, que jurara, quando criança, vingar a derrota de sua cidade na Primeira Guerra Púnica. Após uma longa e desgastante travessia pelos Pirineus e Alpes, já na Itália, os cartagineses derrotaram os romanos em três batalhas seguidas: Trébia (218 a.C.), Lago Trasimeno (217 a.C.) e Canas (216 a.C.).

A despeito de suas vitórias, Aníbal, desprovido de suprimentos e reforços, não conseguiu conquistar Roma. Permaneceu com suas forças no sul na Itália, procurando fortalecê-las. Os romanos, após as derrotas, mudaram de estratégia. Desistiram de combater Aníbal diretamente, passando a atacar pontos vulneráveis do Império Cartaginês. Desse modo, ocuparam a Espanha e enviaram tropas para o norte da África com o objetivo de assediar a própria Cartago.

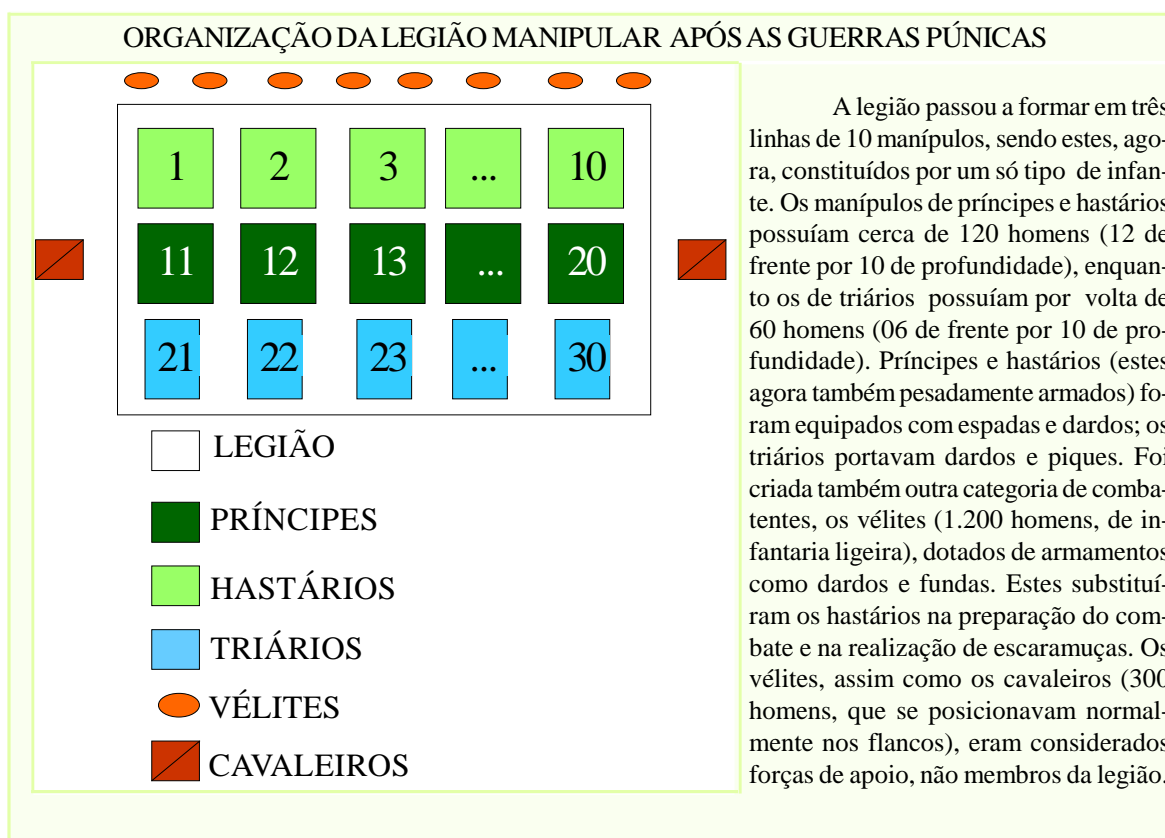


Diante da derrota de seu irmão Asdrúbal, que vinha lhe trazer reforços (Batalha de Metauro, 207 a.C.), e da possibilidade de um ataque a Cartago, Aníbal abandonou a Itália, seguindo para a África, onde foi derrotado pelos romanos na Batalha de Zama (202 a.C.). Cartago, vencida, foi obrigada a ceder sua frota e seus territórios na Espanha para Roma, além de pagar pesada indenização.

Os termos de paz impostos pelos romanos foram muito rigorosos, pois visavam enfraquecer definitivamente Cartago. Esta, no entanto, logo recomeçou a prosperar, sendo novamente vista pelos romanos como um perigo. No senado romano, o censor Catão terminava seus discursos bradando “Delenda Carthago est” (Cartago deve ser destruída).

Em 149 a.C., Roma declarou novamente guerra a Cartago. Na Terceira Guerra Púnica, Cartago resistiu por três anos, sendo a cidade finalmente conquistada e destruída pelos romanos em 146 a.C. Seus territórios foram transformados em províncias romanas e seu povo escravizado.

Durante as Guerras Púnicas, apesar dos manípulos, os romanos constataram que a legião ressentia-se de mais flexibilidade. Devido a isso, a reformaram.



A nova formação permitia mais facilmente o apoio mútuo entre os manípulos, pois os da segunda e terceira linhas podiam, com presteza, auxiliar os da primeira ou se aproveitar, com grande rapidez, de possíveis vulnerabilidades das forças adversárias.

Nesse período, a principal arma de combate do legionário era a espada espanhola (“gladius hispaniensis”), que possuía uma lâmina larga, de fio duplo, com cerca de setenta centímetros de comprimento, destinada, principalmente, a perfurar o inimigo. O dardo utilizado era chamado de pilo e media de dois a três metros. A ponta dessa arma, de ferro macio, ao atingir algo mais sólido que o corpo humano entortava, o que impossibilitava que um adversário fizesse uso dela depois de arremessada.

Nessa fase, a batalha se iniciava com a ação dos vélites que, de forma dispersa, atacavam o inimigo com armas de arremesso, procurando desgastá-lo. No momento do choque principal, eles retraíam para os flancos e para a retaguarda da legião, de onde procuravam infligir danos ao inimigo. Tito Lívio descreveu da seguinte maneira o combate após a ação dos vélites:

“Desde que a legião estava formada (em três linhas), os hastários engajavam-se no combate; se não podiam romper a linha inimiga e eram repelidos, os príncipes os faziam passar pela retaguarda pelos intervalos de suas fileiras e se batiam em seu lugar; os hastários os secundavam então. Enquanto isso os triários ficavam sob seus estandartes, ajoelhados, cobertos por escudos, com piques apoiados no solo e ponta para cima, assemelhando-se às paliçadas plantadas na frente das linhas. Se a sorte se declarava também contra os príncipes, estes se retiravam pouco a pouco da linha, até os triários (a situação era crítica nesse momento). Nessa ocasião, os triários se levantavam de repente; reuniam-se a eles os príncipes e hastários; formando uma linha cheia e contínua; se atiravam, então, sobre o inimigo: era a última esperança.”⁴

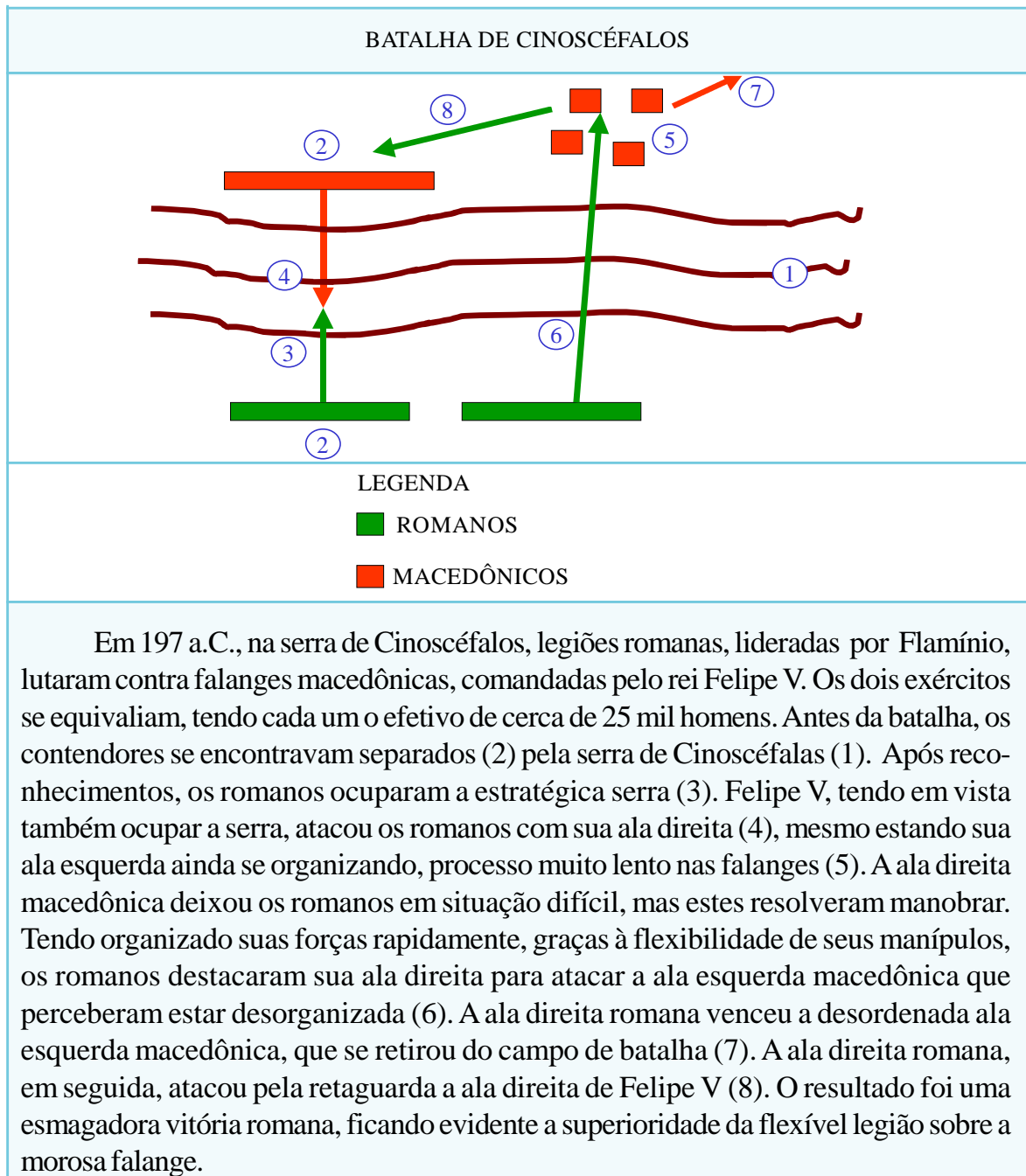
Paralelamente às Guerras Púnicas, os romanos estenderam seus domínios. Anexaram a Macedônia e a Grécia, após vencerem os macedônicos (146 a.C.); conquistaram a península Ibérica, depois de derrotarem os lusitanos e numantinos (133 a.C.); e herdaram o reino de Pérgamo, deixado para Roma em testamento de seu rei (133 a.C.).

A expansão romana pelo Mediterrâneo trouxe grandes transformações sociais e econômicas, que ocasionariam o fim da República. Antes das conquistas, a economia romana estava baseada em um regime de pequena propriedade e trabalho livre. Com as vitórias romanas, muitos comerciantes e militares enriqueceram nos ramos da manufatura ou comércio. Os novos ricos compraram as terras dos camponeses criando latifúndios, onde passou a preponderar o trabalho escravo, alimentado pela grande massa de prisioneiros resultantes das guerras.

A nova ordem econômica trouxe importantes consequências. A concentração de terras provocou um grande êxodo de camponeses sem terra, os quais migraram para as cidades, causando instabilidade social; e os novos ricos (chamados “homens novos” ou “cavaleiros”), que tinham pouca importância política, passaram a exigir maior participação no regime republicano, cujos cargos até então eram controlados pela aristocracia.

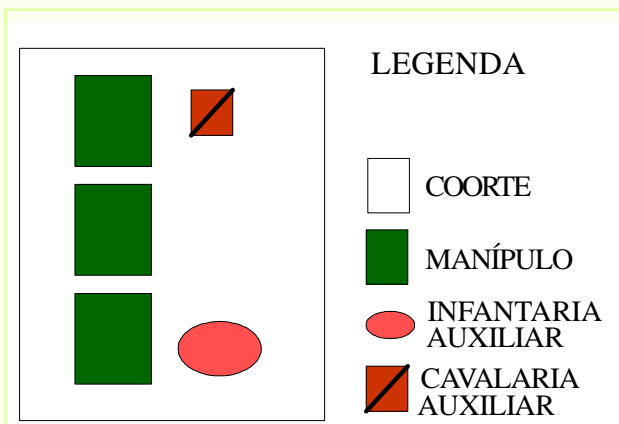
⁴ apud SANTOS, 1998, p.46.

O poder em Roma passou a ser disputado por dois partidos: o aristocrático, formado pela antiga nobreza; e o popular, formado pelos “homens novos” e pelos antigos camponeses. As lutas entre os partidos estenderam-se por cerca de um século. As constantes guerras civis e massacres, orquestrados por ambas as partes, enfraqueceram paulatinamente a República. Neste contexto, em 107 a.C., foi eleito cônsul o general Mário, “homem novo”, que instaurou uma ditadura, aumentou o poder dos “cavaleiros” e realizou reformas no exército.



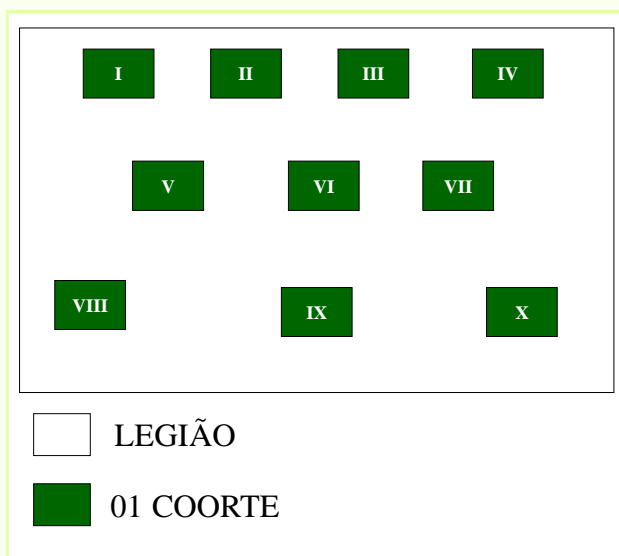
Mário, após vencer uma guerra contra os númidas (106 a.C.), reorganizou a legião. Passaram a integrá-la todos os cidadãos, independentemente de riqueza, propriedade ou classe. Os soldados passaram a ser pagos pelo Estado, que lhes fornecia também equipamento e armamento. Perdia a legião, em consequência, seu caráter miliciano, passando a ser uma força profissional, para a qual acorreram milhares de cidadãos pobres de Roma, na perspectiva de conseguirem despojos de guerra, pensões ou um pedaço de terra após o serviço militar.

ORGANIZAÇÃO DA COORTE



O general Mário foi responsável pela implementação, em todas as legiões, de uma unidade intermediária, a coorte (criada, provavelmente, no século II a.C., por romanos que combatiam na Península Ibérica). Esta visava atenuar a dificuldade que havia em se comandar 30 manípulos ao mesmo tempo. A coorte consistia na reunião de 3 manípulos compostos por 160 homens, reforçados por tropas auxiliares (120 infantes e 60 cavaleiros recrutados entre povos aliados). Deixou de haver as distinções entre príncipes, hastários, triários e vélites, quer quanto à idade, equipamento e armamento (todos passaram a usar espada e pilo).

ORGANIZAÇÃO DA LEGIÃO DE MÁRIO



A legião passou a ser composta por 10 coortes distribuídas em 03 linhas. Seu efetivo somava cerca de 4800 homens (10 coortes de 480 homens), não computados os infantes e cavaleiros auxiliares. As coortes formavam um dispositivo em xadrez, o que lhes conferia muita flexibilidade. A primeira linha tinha amplos espaços à retaguarda; por onde as coortes da segunda e terceira linhas podiam realizar manobras diversas para apoiá-la. A terceira linha podia tanto reforçar o ataque como cobrir um movimento retrógrado. Infantes e cavaleiros auxiliares realizavam missões de apoio à legião.

As reformas de Mário fizeram do Exército Romano um instrumento capaz de assegurar a expansão e defesa de Roma, mas logo se revelariam danosas para a República. Os soldados profissionais passaram a considerar que deviam mais fidelidade ao seu comandante do que aos seus governantes. Desse modo, iniciava-se um lento, mas contínuo arrefecimento do civismo do soldado romano, enquanto o exército tornava-se uma arma política utilizada por seus líderes nas disputas pelo poder.

Júlio César, grande líder militar, foi um dos generais que fez uso das legiões para atingir suas ambições políticas. Após conquistar a Gália e vencer seus rivais romanos, declarou-se ditador perpétuo de Roma (45 a.C.).

Na época de César, as legiões estavam no apogeu. O cidadão ingressava voluntariamente na legião, comprometendo-se a prestar o serviço militar por determinado tempo. Recebia do Estado seu material de dotação: gládio, pilo, capacete munido de protetores de face, escudo oval, cota de malha, túnicas de lã e sandálias cardadas.

A força, a valentia, a audácia e a disciplina dos legionários os diferenciava de outros combatentes. Com a profissionalização, esses atributos começaram a ser de maneira intensa instilados no soldado durante árduos treinamentos. Normalmente, estes consistiam de longas marchas, corridas, natação e manejo de armas; tudo sob direção de veteranos ou centuriões, que seguiam a orientação geral do comandante em chefe.

O soldado aprendia também a lutar enquadrado em sua fração, sendo, para isso, imprescindíveis os exercícios de ordem unida, nos quais o combatente familiarizava-se com os comandos de “em frente!”, “a passo!”, “marche!”, “direita volver!” ou “esquerda volver!”. As frações realizavam numerosas manobras conjuntas no terreno, com armas, bagagens e cavalaria. César finalizava o treinamento dos soldados inexperientes empregando-os em escaramuças.

A disciplina podia ser mantida por meio de medidas coercitivas individuais ou coletivas. As punições variavam dependendo da gravidade da infração, podendo ser um simples trabalho extra de faxina ou até a pena capital. Os oficiais podiam ser desgraduados ou demitidos, e as legiões, dissolvidas ou apenas com a dizimação (tirada a sorte, um legionário em cada dez, era morto).

Os deslocamentos das legiões eram feitos por meio de marchas (de vinte a cinquenta quilômetros por dia). O maior contingente da tropa (grosso) era precedido por

LEGIONÁRIO



forças de vanguarda (soldados de cavalaria, infantaria e engenharia) às quais cabia abrir caminho para as legiões e fazer-lhes a segurança. Na retaguarda, seguiam também elementos destinados à segurança (cavaleiros e infantes).

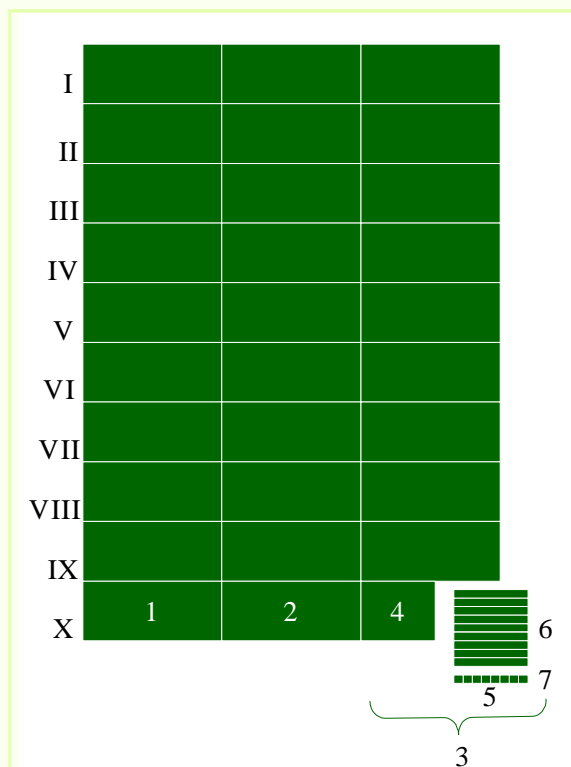
O legionário transportava seu equipamento pessoal, que pesava cerca de quarenta quilos. Os oficiais, dependendo de sua graduação, possuíam determinado número de animais para o transporte de suas bagagens. As legiões estacionavam em locais previamente escolhidos, levando-se em conta aspectos táticos e sanitários. Ao redor dos acampamentos, os legionários construía fortificações.

Em campanha, a ração típica dos soldados era à base de trigo (pão, biscoito e papas), complementada com alimentos locais. Bebiam normalmente água avinagrada.

Antes de um combate, o comandante geral consultava os áuspices e lembrava aos legionários as razões pelas quais combatiam: valores, costumes, tradições e a grandeza de Roma. Durante a batalha, os generais procuravam fazer uso da flexibilidade, da capacidade de manobra e da disciplina das coortes para vencer os inimigos, que invariavelmente eram menos organizados do que os romanos.

Os adversários vencidos eram libertados sob caução (caso resolvessem se aliar a Roma), escravizados ou mortos.

ORGANIZAÇÃO E COMANDO DA LEGIÃO NA ÉPOCA DE CÉSAR



A legião contava com 4.800 homens, divididos em 10 coortes (I a X) de 480 homens cada; uma coorte era formada por 03 manípulos (1, 2 e 3) de 160 homens cada; um manípulo era constituído por 2 centúrias (4 e 5) de 80 homens cada; e a centúria tinha 10 contubérnios (6) de 8 homens (7) .

Os oficiais superiores, em sua maioria, provinham da nobreza; não eram militares profissionais, já que exerciam o comando de exércitos no âmbito de suas carreiras políticas. Destacavam-se os cônsules e mais tarde procônsules (comandantes da legião); os legados (generais); os tribunos (oficiais de estado-maior); e os questores (responsáveis pela intendência e contabilidade).

Os centuriões eram os principais oficiais subalternos. Eram soldados profissionais, promovidos por merecimento. Cada centurião comandava 01 centúria; os mais antigos comandavam também os manípulos e coortes nos quais sua centúria estivesse enquadrada.

O tratamento dos feridos ficava restrito a uma medicina rudimentar, dependente em muitos casos de superstições e ritos religiosos. Os médicos sabiam tratar de fraturas e fazer amputações. De acordo com a gravidade de seu ferimento, o soldado poderia ser tratado em sua própria barraca, evacuado para sumários hospitais de campanha ou, ainda, casas particulares.

A cavalaria e a infantaria auxiliar de César eram compostas por combatentes provenientes de variados locais, comandados por oficiais romanos. Na cavalaria destacavam-se os hispanos, númidas e trácios. Na infantaria auxiliar, os gauleses e germanos.

Os romanos desenvolveram também a engenharia militar, que era responsável pela construção e manutenção de estradas, pontes, fortes, acampamentos, entrincheiramentos e armas pessoais e de cerco. Em 55 a.C., os engenheiros de César construíram uma ponte sobre o rio Reno que media 500 metros de largura, em um local onde o rio chegava a ter 8 metros de profundidade. Diversos aparelhos de cerco eram construídos no local onde seriam utilizados, destacando-se as torres de assalto, que podiam chegar a 30 metros de altura; os aríetes (“cabeça de carneiro”, instrumento para abrir brechas nas muralhas); e as catapultas (engenhos para lançar dardos e pedras). A legião não tinha um corpo especializado para realizar cercos; cada manípulo era responsável por empregar duas peças de sítio.

Havia também o serviço de transporte, composto por ordenanças e escravos, responsável pela condução das mais de mil bestas que levavam os materiais de campanha da legião.

Júlio César acabou morto, em 44 a.C., por nobres amedrontados pelo seu progressivo poder. O assassinato de César desencadeou um novo período de guerras civis. Desses conflitos emergiu Otávio, sobrinho de César, que se impôs como líder absoluto, sendo aclamado, em 27 a.C., imperador Augusto. Iniciava-se, desse modo, o período da Roma Imperial.

Durante o Alto Império (séculos I ao III) ocorreu o apogeu de Roma, malgrado as lutas pelo poder. No governo de Trajano (98 a 117), o império estendia-se da Palestina a Portugal e do Saara à Escócia.

Aos poucos, porém, a antiga estratégia ofensiva, que gerou a expansão territorial romana, foi trocada por outra defensiva, que buscava, em geral, a estabilidade e o assentamento de fronteiras defensáveis. Derrotas em conflitos contra os germanos (Europa Central) e frente aos partas (Oriente Próximo) contribuíram para que Roma adotasse essa nova postura. Em consonância com a nova estratégia, os romanos estabeleceram baluartes de defesa ao longo de suas fronteiras: fortificações (muralha de Adriano, na Escócia; fortes, no Oriente Próximo), acampamentos e colônias.

No Alto Império, eram comuns incursões violentas ao longo das fronteiras romanas desencadeadas por pequenos e ágeis bandos de bárbaros (povos que não tinham a cultura romana e não falavam o latim). Para fazer frente a esses ataques, além das defesas estáticas, os romanos passaram a realizar operações militares

ordinárias. Estas passaram a ser realizadas por unidades menores, como as coortes, que agiam de forma semi-independente. A cavalaria romana, recrutada entre povos bárbaros aliados, adquiriu progressivamente maior importância e número dentro do exército, por ter mais capacidade de pronta reação às imprevisíveis incursões inimigas.

Os soldados romanos tiveram seu equipamento aliviado para fazer frente à rapidez dos bandos de bárbaros. Um escudo mais leve foi adotado e a cota de malha foi substituída por faixas metálicas sobrepostas, mais cômodas de usar.

O Baixo Império (séculos IV ao V) marcou a decadência e o fim do Império Romano do Ocidente. Isto decorreu por diversos fatores.

Ocorreu uma profunda crise financeira em virtude do desequilíbrio entre a arrecadação fiscal de Roma e suas despesas com a manutenção do aparato administrativo e militar. Os governantes passaram a desvalorizar a moeda constantemente, produzindo, em consequência, aumentos de preços e inflação, que se refletiram no custo de vida da população.

O sistema escravista de produção entrou em colapso. Com o fim das guerras de conquista, cessou dramaticamente o fornecimento de escravos para as lavouras romanas, resultando na queda da produção e na falta de gêneros para o povo. O Estado obrigou trabalhadores livres a se tornarem colonos, em substituição aos escravos, gerando grande descontentamento.



A alta de preços, a falta de gêneros, a inflação, e também uma elevada tributação levaram as populações citadinas para o campo, onde passaram a praticar uma agricultura de subsistência, fato que conduziu o comércio e a indústria à crise.

A intromissão crescente do exército nas lutas sucessórias provocou o enfraquecimento de poder imperial (entre 235 e 285, Roma teve vinte e seis imperadores e só um não foi assassinado), destruindo a coesão do império, já abalada pelas divisões administrativas realizadas pelos imperadores. Teodósio, por exemplo, em 395, dividiu o Império entre seus dois filhos. A Honório coube o Império do Ocidente, cuja capital era Roma; a Arcádio, o do Oriente, do qual era capital Constantinopla.

Houve o enfraquecimento das forças militares romanas devido, em grande parte, a questões morais. Em face da crise, as classes médias e baixas romanas, sustentáculos do exército, passaram a viver em condições paupérrimas. Arruinadas, tiveram seu fervor patriótico arrefecido; fugiram do serviço militar considerando-se desobrigadas a lutar por um Estado que não atendia a seus anseios. Em consequência, passaram a compor o exército, em maioria, soldados recrutados nas províncias (não italianos, semicivilizados) e membros de tribos bárbaras.

Os novos integrantes do exército, embora valentes, não possuíam a disciplina, a organização e o treinamento do soldado romano tradicional; não tinham, também, compromisso ou lealdade com a civilização romana. Muitas vezes atacavam cidades e vilas ou se amotinavam, perturbando o ambiente do império, em vez de defendê-lo.

A elite urbana, que secularmente liderou as legiões, tornou-se apática. Vivendo, muitas vezes, em meio a desmedido luxo, desinteressou-se pela vida pública. Não se moveu para defender o Império do Ocidente, chegando até mesmo, em determinados momentos, a delegar o comando das forças romanas a chefes bárbaros.

Por fim, os problemas com os bárbaros se agravaram. Muitos destes, desde o século III, haviam ocupado pacificamente, com o consentimento de Roma, terras dentro do Império.

No século V, no entanto, os hunos, povo pastoril, oriundo da Mongólia, atacou a Europa Oriental. Pressionadas, tribos germânicas, que ocupavam o leste europeu, precipitaram-se violentamente sobre o Império Romano.

Os romanos já haviam repellido diversas invasões semelhantes, mas em Adrianópolis, nos Bálcãs, em 378, sofreram uma devastadora derrota frente aos godos. Nesse embate, ficou atestada a incapacidade de Roma em impedir que inimigos se instalassem definitivamente dentro de seu império.

Em 451, na Batalha de Châlons, na França, ocorreu o último grande triunfo dos romanos. Estes, aliando-se a godos e a outros bárbaros, conseguiram derrotar os hunos. Nessa batalha, porém, os romanos contavam em suas fileiras com grande efetivo de cavaleiros e infantes das mais variadas origens, o que evidenciava a desorganização das legiões. A batalha foi prelúdio da arte da guerra da Idade Média, devido às importantes ações dos cavaleiros durante o embate.

IMPÉRIO ROMANO DIVIDIDO POR TEODÓSIO



A vitória romana em Châlons não garantiu a sobrevivência do Império Ocidental, já ocupado por diversos povos bárbaros. Os romanos, na verdade, encontravam-se incapazes até mesmo de defender a sua própria capital ocidental. Roma foi saqueada, em 410, pelos visigodos, e, em 455, pelos vândalos.

Em 476, os hérulos destronaram o último imperador, Rômulo Augústulo, marcando o fim do Império Romano do Ocidente. O Império Romano do Oriente, melhor organizado e mais rico, resistiu às incursões bárbaras, sendo mais tarde conhecido como Império Bizantino.